

ALIANÇA FRANCESA NO BRASIL: POLÍTICA OFICIAL DE INFLUÊNCIA CULTURAL (1886-1930).

MONICA LEITE LESSA*

Resumo: O texto aborda as relações internacionais através da presença cultural de um país, por intermédio do ensino de sua língua, no exterior. O artigo remete-se ao ensino da língua francesa enfatizando a "expansão cultural" (cooperação técnico-científica e, por extensão, o comércio internacional) e a "influência" (também Cultural) fortalecimento da língua e das relações internacionais). Por ponto de partida a análise da Aliança Francesa, suas origens, fundação e organização no Brasil.

O estudo das relações culturais é um vasto domínio de pesquisa e de reflexão. Os intercâmbios universitários, os programas de cooperação de pesquisas técnicas e científicas, a presença de aspectos culturais estrangeiros na cultura explícita e implícita de um povo, a incidência de produtos culturais no plano econômico, a presença cultural estrangeira no imaginário coletivo de uma nação, o peso do elemento cultural nas decisões e evoluções das políticas internacionais, etc, todos estes aspectos fazem parte do enorme leque de opções do estudo das relações culturais internacionais.

Para este trabalho escolhemos um aspecto deste leque de opções, ou seja, a presença cultural de um país através do ensino de sua língua no exterior. O ensino do francês possui a dupla vantagem de realizar a expansão cultural - o que enseja a conquista do mercado da cooperação técnica e científica, e, por extensão, desenvolve o comércio internacional - e "influência" cultural, viabilizada através do aprendizado da língua que facilita e fortalece as relações internacionais em todos os sentidos. A importância da Aliança Francesa, como difusora do francês e embaixadora da cultura francesa, surgiu de maneira evidente durante as pesquisas feitas nos arquivos franceses.

No conjunto da documentação francesa consultada, um bloco de idéias e palavras despertaram nossa curiosidade e guiaram nossa investigação. Palavras como "hegemonia", "influência", "cultural", "universal", "civilização",

“colonização”, rayonnement”¹, “propaganda”, “comércio”, e outras mais, expressavam as preocupações vividas, os objetivos, as razões e as metas a serem alcançadas pelos principais atores franceses das relações culturais internacionais. Este grupo de palavras expressava o desejo dos grupos e setores franceses, direta ou indiretamente ligados ao mundo intelectual e ao Estado, de beneficiarem a nação, política e comercialmente, através da difusão de sua própria cultura.

Porém, é geralmene o conceito de “influência cultural” que norteia a maioria das análises e estudos feitos sobre as relações culturais franco-brasileiras: “influência cultural” francesa no mundo intelectual, científico, das artes, da literatura, da vida artística, de alguns hábitos sociais, de alguns modelos políticos, etc. Tal conceito permite a constituição do que chamamos o “inventário das contribuições” - no caso - culturais, assim como o da “identificação” cultural com o o outro. A incidência desta ótica analítica se justifica, em parte, pela pertinência do questionamento que busca explicar a amplitude e a penetração, ao mesmo tempo que os fluxos refluxos, desses elementos externos presenes na cultura do outro. Ótica analítica comum aos pesquisadores brasileiros e franceses, ela engendra um segundo inventário, o “inventário triunfalista” francês, para usarmos a expressão de André Burguière.

Mas, por que “influência cultural”? O que a caracteriza como tal? Quais os mecanismos que a compões? Quais os interesses que a permeiam? Nasce ela de uma simples empatia ou de opções políticas? Faz ela parte de projetos individuais ou coletivos? Faz ela parte de uma política oficial ou é simplesmente constituída de ações desordenadas, ditadas por conjunturas e decididas por indivíduos?

No caso específico do Brasil e da França, em um primeiro momento, o intercâmbio No caso cultural “perdeu” para a “influência cultural”. A fase de “transferência” cultural foi longa, em vários sentidos. Mas nem por isso o conceito de “influência cultural” deve se limitar apenas a inventariar as “contribuições” e as “identificações” culturais, por vezes aprisionadas pelas armadilhas do “événementiel”, das reduções simplistas às figuras de destaque. Se analisamos unicamente o contato e as suas conseqüências entre as culturas francesa e brasileira, isolando e comparando os elementos da cada cultura e o resultado final desse contato, corremos o risco de apenas produzirmos um inventário que, feito por brasileiros, apenas listará as “contribuições”.

Se, ao contrário, analisamos as relações culturais entre os dois países sem perder de vista que este é apenas mais um aspecto das relações internacionais e, logo, que a primeira deve estar referenciada ao conjunto da vida política,

econômica e social dos países envolvidos, podemos encontrar razões mais consistentes que uma simples empatia cultural. Por exemplo, “... a ação cultural é uma ação empreendida com o objetivo de influenciar na vida cultural, na atividade criadora das pessoas, dos grupos das nações. É uma ação “cultivadora” e “culturadora” na qual os agentes e os destinatários podem ser beneficiados. A finalidade pode ser outra; os resultados, diferentes dos culturais. Essencialmente políticos e econômicos, podem ser procurados além do efeito propriamente “culturador”. À conotação de finalidade primeira se soma uma outra, com vista a uma segunda. A ação cultural torna-se então uma ação pela cultura, uma manobra de sedução dos indivíduos, dos grupos, das nações, através do desdobramento de todas as riquezas de uma cultura ou de uma civilização.

Na sua plenitude a ação cultural é então a ação de uma cultura, pela cultura, para a cultura, e, eventualmente, por outros objetivos”².

Será? Os principais textos produzidos pelos atores do curto período que aqui trataremos nos indicam o contrário: primeiro, o de que havia a ser atingido antes de uma ação cultural a ser empreendida, e, segundo, de que havia uma estratégia pré-fixada para fazê-lo.

Este trabalho pretende examinar, rapidamente, as razões e objetivos que originaram a criação da Aliança Francesa no Brasil, um dos aspectos da presença cultural francesa mais bem sucedidos, sob todos os pontos de vista. Partindo do pressuposto de que qualquer “influência” é reflexo de um jogo de interesses, de um conjunto de ações orientadas por objetivos e razões precisas, acreditamos que a maneira pela qual esta se processa deve ser objeto de pesquisa e de reflexão.

2. As origens da Aliança Francesa ³

A guerra franco-prussiana de 1870-71 finalizou a unificação do Império alemão e a hegemonia deste na Europa. A França, em decorrência da política exterior do chanceler alemão Bismarck, perdeu seus territórios da Alsácia e da Loena e sua hegemonia no continente. O isolamento político-diplomático francês durou até a década de 1890, quando o chanceler Bismarck deixou o poder. Este isolamento francês era seu principal objetivo para impedir qualquer possibilidade de aliança sólida que permitisse à França uma revanche e uma mudança deste novo *status quo*. A Alemanha se tornara uma potência econômica, responsável

por 16% da produção industrial do mundo, com a maior população do continente (41 milhões de habitantes em 1871) e o melhor e mais moderno exército.

Um grande esforço nacional foi necessário à República Francesa para, de uma parte, saldar a indenização de guerra, cinco milhões de francos a pagar ao Reich em quatro anos, e, de outra parte, superar o isolamento político-diplomático fruto da derrota de 1871 e único meio pelo qual o país poderia recuperar seu prestígio e influência no continente. Thiers, primeiro Presidente da III República, pagou a dívida da guerra antes do prazo fixado; evacuou as tropas inimigas do país; iniciou reformas no exército de maneira a modernizá-lo contraiu empréstimos com bancos estrangeiros de maneira a desenvolver a economia; as produções têxtil e de extração mineral duplicaram e, em 1890, a França já controlava 9% da produção industrial mundial. Mas a derrota de 1871 avivara também os sentimentos nacionalistas.

Além dos esforços econômicos para saldar a dívida da guerra e diminuir o nível de empobrecimento em que mergulhara a nação, a França promoveu e intensificou os meios de expansão colonial, ratificando acordos sobre os territórios conquistados: Madagascar, protetorado a partir de 1885; Tunísia, protetorado em 1881; Congo e Gabão, em 1875-89; Costa do Marfim, Guiné e Benin, entre 1883-90; Senegal, Tchad e territórios do golfo da Guiné (com exceção da Nigéria), foram incorporados às conquistas anteriores e, em 1895, reunidos através da Constituição da África Ocidental francesa. O caso do Marrocos se definiu entre 1908 e 1912, quando o país foi reconhecido como protetorado francês.

Internamente, e mais precisamente nos meios acadêmicos, a guerra de 1870 teria revelado ainda a necessidade premente de um maior desenvolvimento técnico e científico da França e uma maior participação do Estado nesse sentido. Um importante movimento universitário, denominado "Société d'Enseignement Supérieur" (S.E.S.), se organizou no final do século passado para estudar os principais problemas do ensino superior. Vários membros do grupo se encontravam também nos diferentes gabinetes ministeriais. Eram, em grande parte, republicanos, progressistas, alguns de convicções positivas e, em grande número, partidários da expansão colonial francesa ou da "expansão da civilização" francesa. As reformas de ensino exigidas pela "Société d'Enseignement Supérieur" se resumiam em três grandes eixos: organização de universidades ao invés de agrupamentos da faculdades, desenvolvimento da pesquisa universitária e criação de institutos técnicos de nível superior. Na década de 1880, o filósofo e vice-reitor da academia de Paris, Louis Liard, conseguiu realizar parte dessas reformas.

Desde esse momento e sobretudo após a criação da AF, tornou-se evidente

para a França que essas reformas deveriam beneficiá-la também em seus domínios coloniais e, posto que nestes o governo colonial há muito havia negligenciado a instrução da população local, a AF foi a primeira a propor como estratégia de dominação colonialista o ensino do francês, o que viabilizava a dominação ao mesmo tempo que a realizava.

Mas, por que “Os fundadores da Aliança Francesa chegaram à conclusão de que poderiam trabalhar utilmente na manutenção e na extensão da influência da França através da propagação de sua língua?”⁴ Primeiro, por causa da dupla importância, na história nacional francesa, que foi dada à língua como fator de unificação nacional. Após a Revolução de 1789, o governo revolucionário tentou limitar o uso de outros idiomas pois estes não só impediam a plena unificação da nação como ainda representavam as regiões de oposição à jovem república. Através da criação de escolas gratuitas e obrigatórias, onde o ensino do francês era igualmente obrigatório, tornou-se possível, concomitantemente, a difusão das idéias republicanas e a unificação da nação:

“O legislador fala uma língua que os que devem executar e obedecer não compreendem.

Há que se popularizar a língua, há que se destruir essa aristocracia da linguagem que parece estabelecer uma nação culta no meio de uma nação bárbara.

Nós revolucionamos o governo, as leis, os usos, as maneiras, os costumes, o comércio e mesmo o pensamento; revolucionemos também a língua, que é seu instrumento diário. (...)

O federalismo e a superstição falam bretão; a emigração e o ódio da República falam alemão; a contra-revolução fala italiano; o fanatismo fala basco. Liquidemos estes instrumentos de destruição e de terror.

A França ensinará a estes concidadãos a língua francesa no livro da Declaração de Direitos.”⁵

A segunda explicação para a importância do francês é reconhecer sua língua como o elemento principal de acesso a sua cultura das especificidades francesas. Uma das explicações para isso nos parece, como foi dito acima, vir da dupla importância do francês no mundo: como língua falada pelas elites, usada no mundo diplomático, grande tradutora das obras literárias ou técnicas, representante de um certo modelo de arte e de divertimento, o francês representava o acesso ao mundo civilizado, à cultura, conferindo distinção e prestígio aos que a dominavam. A imagem da língua francesa, dentro e fora da França, é a de língua de cultura, de refinamento, de elite, o que corresponde

bem mais aos valores do Antigo Regime que aos da Revolução Burguesa. Como boa parte dos atores da Revolução de 1789 faziam parte do mundo intelectual, ou das artes, não houve uma ruptura na imagem da língua, conferida não pela burguesia mas pela antiga Corte. Ao mesmo tempo, ao dominar o uso do francês a burguesia francesa **“substituiu o mérito do nascimento pelo mérito do espírito, dando a cada um a esperança de aceder à distinção.”**⁶

“Ensinar o francês é servir a pátria”

Victor Hugo

3. Fundação e organização

Durante o ano de 1883, diversas reuniões visando a fundação da futura AF culminaram com o reconhecimento oficial da mesma, assinado pelo Ministro do Interior em 21 de janeiro de 1884. A AF nascia dentro de um espírito nacionalista e de reconstrução do país, de vontade de “desenvolvimento e progresso” em todas as áreas, de desejo de reconquista da perdida “hegemonia” e “prestígio” político. Era também a associação de homens profundamente marcados pelos ideais de uma França eterna e coesa, convencidos da universalidade de sua cultura e da importância da história nacional para o mundo. Seu comitê fundador era composto de intelectuais e diplomatas, para os quais o ensino da língua era a essência mesma do ensino da cultura francesa e cujos resultados esperados seriam, entre outros, a expansão cultural francesa em todos os domínios.

A primeira reunião contou com a participação do diplomata Paul Cambon, lotado na Tunísia; J. Jusserand, diplomata e chefe do serviço “dos negócios tunisianos” no Ministério das Relações Exteriores; de um ex inspetor do Ministério da Instrução Pública, Pierre Foncin; de Paul Bert, ex-ministro da Instrução Pública, e de religiosos de três confissões: católica, protestante e judia. Após as primeiras reuniões o comitê convidou outras personalidades: o Senador Carnot; o general Faidherbe, ex- governador do Senegal; o Cardeal francês da Argélia; o diplomata e empreiteiro Ferdinand Lesseps; Louis Pasteur e outros membros da Academia Francesa, de letras e de ciências. Rapidamente, fixou-se em cinquenta o número dos membros do Conselho de Administração: homens políticos, universitários, diplomatas, editores, magistrados. O embaixador Charles Tissot foi eleito primeiro Presidente da associação.

É interessante notar que a composição do comitê fundador da AF possuía, entre outras particularidades, o fato de reunir seus membros no circuito das

personalidades ligadas à expansão colonial e ao governo. Tal reunião não foi fouteita nem dissimulada, posto que o campo de ação prioritário era os domínios coloniais franceses. A idéia central era de que a AF serviria aos interesses coloniais da França através do ensino de sua língua, o que, de um lado, se inscrevia perfeitamente no momento histórico internacional, de definição dos domínios coloniais europeus, e, de outro lado, na importância da língua para a história e cultura francesas.

“Associação nacional para a propagação da língua francesa nas colônias e no estrangeiro”, a AF se apresenta como “obra patriótica”⁷, anunciando, assim, que seu único compromisso era o de servir à nação. Nenhuma discriminação política ou religiosa em relação ao governo ou às obras que a associação poderia subvencionar seria admitida. Era hora de coesão nacional, e o objetivo da AF era propagar a língua e a cultura francesas ... Em decreto de 23 de outubro de 1886, a AF foi reconhecida como “Estabelecimento de utilidade pública”.

Em 1886-87 a associação possuía masi de dez mil associados e, apenas em Paris aproximadamente dois mil. No exterior foram criados Comitês de Ação, quatorze ao todo, que cobriam os cinco continentes, mostrando, assim, o cuidado de uma “política universal”. Os Comitês de Ação eram totalmente e independentes, devendo apenas enviar relatórios descrevendo suas atividades e projetos a Paris, que, por sua vez, publicava os resultados obtidos nos boletins da associação. As subvenções e as propagandas necessárias, assim como a organização dos cursos eram encargos de cada comitê.

Na própria França os primeiros anos da AF, até a Primeira Grande Guerra, foram de muita ação: todas as regiões do território nacional possuíam, cada qual, Comitês Gerais de Propaganda, centralizados na sede da associação, em Paris. Tais comitês deveriam divulgar a AF, conquistar novos aderentes e militantes⁸. Os meios de ação eram a organização de festas, de concertos, espetáculos, a participação nas Exposições Universais ou a organização das tão procuradas conferências, charme e moda de uma certa propaganda da virada do século⁹. Os comitês poderiam, ainda, se suas finanças permitissem, apadrinhar comitês no exterior e contribuir economicamente: os comitês de Reims e Limoges apoiavam o comitê do Rio de Janeiro, por exemplo.

Para atingir seu objetivo a AF determinou claramente seus meios de ação: fundar e subvencionar escolas francesas ou introduzir cursos de francês nas escolas que não os possuíam; formar professores, se necessário criando uma “Escola Normal”; distribuir recompensas de maneira a estimular a assiduidade

dos alunos; distribuir prêmios e bolsas de viagens a França para os melhores alunos; encorajar as publicações capazes de auxiliar e servir à obra da associação, sobretudo as de caráter pedagógico; publicar um Boletim periódico; organizar conferências e outros meios de propaganda¹⁰

Uma circular do Ministério das Relações Exteriores da França, o Quai d'Orsay, foi enviada a todos os postos diplomáticos para apresentar a AF e ressaltar o valor de tal ação para o seu país. Dessa forma, o governo pedia a seus funcionários uma cooperação discreta mas eficaz, única maneira de se assegurar da implantação e primeiros passos da AF no exterior. A discricção, quanto aos limites da participação do Estado, era, para o Quai d'Orsay, essencial para evitar-se desconfiças ou nacionalismos que impedissem a realização plena de um projeto privado mas apoiado e, em parte, orientado pela política oficial francesa. O apoio e prestígio oficiais consagrados à AF, dentro da própria França, se traduziam desde uma participação ocasional de um membro do governo nos eventos importantes da AF, até a tradicional Presidência de Honra da associação por um ministro de Estado e, após a Primeira Grande Guerra, pelo Presidente da República; ou a participação militante de altos funcionários; ou ainda as subvenções periódicas de ministérios, municípios ou "Conselhos Gerais".

Desde a fundação da AF criou-se, por razões de estratégia de ação, a tradição de nomear-se as autoridades diplomáticas francesas para Presidentes de Honra dos Comitês de Ação no estrangeiro. A presença de um representante diplomático tinha a dupla vantagem de facilitar os contatos com a colônia e com a sociedade local, conferindo prestígio e seriedade aos cursos da associação; além de manter o governo francês informado das suas atividades. No entanto, a imagem da AF no exterior deveria corresponder à mais independente possível, fruto da iniciativa da nação, sem maiores vínculos com o Estado.

Em nota da Comissão de Escolas do Ocidente, do Ministério das Relações Exteriores, de 18.08.1898, pode-se ler sobre os "meios" a serem empregados para o desenvolvimento do ensino do francês na América do Sul.

"Haveria talvez interesse em abrir ainda mais nossas Universidades e Grandes Escolas aos estrangeiros e voltarmos à antiga assimilação desses aos estudantes franceses." (...) "... necessidade de enviar em nossas escolas bons professores, experientes, e não exportar as mediocridades turbulentas." (...) "talvez seja interessante beneficiar esses jovens estudantes com bolsas de viagens que o Ministério do Comércio outorga atualmente aos estudantes diplomados ou não das escolas comerciais."

E por último pode-se ler os dois pontos apontados como os mais importantes pela Comissão: “I. Criação de escolas novas e encorajamento às já existentes (sob a forma de doações em dinheiro ou em livros); II. envio de professores.”¹¹

4. A Aliança Francesa e o Brasil

Em carta de 4 de julho de 1886, o Encarregado de Negócios da Legação da França no Rio de Janeiro, Conde de Viel-Castel, resumia a situação e a participação de sua Legação na concretização desse projeto. O diplomata mencionava uma circular de 26.05.1884, da sub-direção de negócios tunisinos do Quai d’Orsay, na qual era anunciada a criação da AF e o papel do corpo diplomático no sucesso da fundação dos comitês no exterior.

“Como o delegado do Comitê Central de Paris, sr. Mistely, não conseguiu reunir até pouco tempo atrás as cinquenta inscrições indicadas como necessárias para a fundação de um Comitê Regional, eu pensei que deveria, conforme o artigo 71 dos estatutos, que confere aos representantes oficiais da França no estrangeiro o título de Presidente de Honra dos Comitês de Ação, encarregar dois cidadãos franceses, os Srs. Gambars e Roche, o primeiro, diretor do Colegio Internacional da ditas inscrições. em alguns dias apenas, o número de inscrições chegou a cem e, reunidas àquelas conseguidas pelo Sr. Mistely, a cento e cinquenta e duas inscrições, dentre as quais duas de membros perpétuos.”¹²

Coube também ao Encarregado de Negócios francês auxiliar a fundação do primeiro comitê da AF. Em 30 de junho de 1886, uma assembléia geral elegeu os membros desse primeiro comitê, cujo Presidente de Honra foi o próprio Conde d Viel-Castel. Em 6 de julho do mesmo ano, na primeira sessão da associação, elegeu-se a diretoria do comitê, composta de franceses residentes no rio de Janeiro e de brasileiros “notáveis” simpatizantes do projeto da AF.

As subvenções necessárias vinham em parte da colônia francesa, pequena e sem grande fortunas, da “Société de Bienfaisance” - associação privada e internacional de beneficência às colônias francesas - da própria Legação e de alguns brasileiros “notáveis”, entre eles o Imperador, e da “Loge de Francs Iramites”. Por volta de 1896, os comitês de Reims e Limoges passaram a contribuir para o comitê do Rio de Janeiro. Mas, Além de dinheiro, a escola da AF foi beneficiada por outras vantagens nos seus primeiros anos: por exemplo

com locais emprestados pelo governo brasileiro (como a sala de aulas no Liceu de Artes e Ofícios); ou a doação de livros vindos de Paris ou de livrarias cariocas. Para as recepções e conferências, o “Cercle Français” (associação da colônia do Rio de Janeiro) ou a própria Legação sempre emprestaram os salões e salas necessários.

A participação da imprensa foi sempre muito apreciada, sobretudo porque era propaganda gratuita. em Paris, jornais como Le Figaro, Le Matin, Le Temps, entre outros, divulgavam artigos favoráveis à associação. No Brasil, o Jornal Sud-américain, cujo primeiro número saiu em 5 de julho de 1885, no Rio de Janeiro, tinha por redator-chefe Xavier de Ricard, futuro delegado da AF no Brasil. Quando de seu regresso à França, este jornal fundiu-se com o Le Nouveau Monde, editado em Paris e que se ocupava dos interesses franceses na América do Sul. Além deste, havia jornal La France, fundado no início de 1886, também no Rio de Janeiro, e dirigido pelo Sr. Labarrère, membro do comitê da Af do rio. ambos recebiam regularmente os Boletins informativos da AF¹³. O jornal Etoile du Sud do Rio, em 20.05.1886, já havia anunciado a seus leitores a designação de Mistely, como delegado do comitê da AF no Brasil, notícia posteriormente confirmada no Boletim da AF, números 10 e 11:

“Nós não podemos disimular toda a satisfação que sentimos ao ver que a Aliança Francesa tenta estender seu campo de ação até o Brasil. A metade da missão já está cumprida, por sinal: a AF não encontrará no mundo país que professe tão franca simpatia pela nossa França e por tudo que dela emana.”

(...) “A AF não deve contar apenas com os nossos concidadãos no estrangeiro”

(...) “ela se dirige também a todos os homens que amam a França e que desejam dela se aproximar através do conhecimento de sua língua, tão rica e já tão difundida.

O sonho da AF deve ser o de fundar escolas sobre toda a superfície do globo e isto desde que as finanças lhe permitam.

Nós veremos então em todas as partes, estabelecimentos onde, sem distinções de nacionalidade, de idade, de sexo, de condição, de fortuna, de cor ou de raça, será ensinada, gratuitamente, a língua na qual foram escritos pela primeira vez os direitos da humanidade!” (...)

“Nós temos razão em afirmar que à relação de franceses do Rio de Janeiro virão juntsr-se os nomes de algumas centenas de brasileiros.

Não é esta uma ocasião para eles demonstrarem uma vez mais, e quase gratuitamente, as simpatias que têm pela França?”¹⁴

Num dos últimos boletins de 1886 pode-se ler: **“O objetivo perseguido pelo comitê do Rio, que, enquanto comitê regional, é responsável pela**

administração dos fundos que angaria, é a fundação de uma escola gratuita de francês, aberta aos estrangeiros e aos nossos compatriotas.¹⁵ Para isso, o diretor do Colégio Francês no Rio de Janeiro, Casimir Lieutaud, resumiu a penetração do ensino de francês na capital, baseado em estudo feitos no almanaque de M. Laëmmert: à parte as escolas primárias gratuitas, aproximadamente cento e cinquenta estabelecimentos privados para os dois sexos, ensinavam regularmente o francês na capital do Império. O número de alunos de tais colégios podia chegar até duzentos ou trezentos por colégio. À parte aqueles de propriedade das ordens religiosas francesas (São Vicente de Paula, Imaculada Conceição e outras), havia ainda os colégios laicos, alguns franceses, ou religiosos mas brasileiros, como o colégio São Bento; sem contar o colégio Pedro II e o Liceu de Artes e Ofícios, todos ensinando latim, francês e inglês a partir do secundário.

“O comitê espera conseguir em pouco tempo 1000 inscrições, ele recebeu uma acolhida simpática de um certo número de notáveis da cidade. A língua francesa é, como se sabe, o idioma estrangeiro mais falado no Brasil. Nas classes altas ela é falada por todos. Sua Majestade o Imperador e sua core são muito simpáticos a nossa nova obra”¹⁶

O reconhecimento do importante número de colégios da capital, onde o francês era ensinado, não modificou o projeto da AF de abrir uma escola própria. em 1887 foi fundada numa das salas do Liceu de Artes e Ofícios, para meninos entre sete e quinze anos, a primeira escola da Af no Brasil, já tendo-se em vista uma outra, destinada ao sexo oposto. Segundo o comitê do Rio de Janeiro, o número de colégios estava longe de uma garantia para o aprendizado do francês: **“Existe um colégio francês, mas que na realidade dá a instrução a instrução primária em português e apenas uma aula na nossa língua. Existem vários colégios para meninas dirigidos por francesas mas nas memas condições, sem falar nos vários estabelecimentos religiosos. Na escola da AF nós temos sobretudo jovens que aprendem os dois idiomas simultaneamente, o que é aqui a melhor maneira de se alcançar o objetivo da Af, visto que a instrução primária pública não compreende o ensino do francês e que os filhos das classes abastadas estudam onde se lhes colocam.”**¹⁷

Já em 1894 P. Ferrand, professor na Escola de Minas de Ouro de Preto, havia sido designado comodelegado do comitê da AF de Ouro Preto. A biblioteca dessa Escola possuía um acervo de 2.700 livros, dos quais 2.100 em francês, sendo o francês língua obrigatória para o exame de ingresso, e o alemão e o inglês, facultativas.

Em 1891 a AF. abre uma escola própria no rio de Janeiro e o cônsul de Porto alegre inaugura um comitê da AF na cidade; em 1893 o cônsul de São Paulo aceita a organização de um comitê; no mesmo ano, Curitiba organiza seu primeiro comitê, assim como Campos e Juiz de Fora, em 1894. O método de ensino, escolhido no início do século, foi o do lingüista Berlitz, que revolucionou o ensino de línguas, obrigando os alunos a só falarem o idioma estrangeiro durante as aulas, ao contrário do que se fazia até então, quando os cursos eram bilíngües. É interessante notar que, desde o começo, o maior número de alunos das escolas da AF no Brasil era de brasileiros. Eis alguns números encontrados para a escola do Rio de Janeiro, segundo os Boletins da AF:

ANO	TOTAL DE ALUNOS	FRANCESES	BRASILEIROS	OUTROS
1891	41	26	12	3
1892	28	11	13	4
1893	32	10	15	7
1894	34	9	20	5
1895	31	3	25	3
1896	67	9	55	3
1897	45	11	32	2
1898	92	9	71	12
1899	104	17	78	9
1900	109	14	85	10
1901	102	10	79	13
1902	—	—	—	—
1903	124	12	94	18
1904	148	16	109	23
1908	—	—	162	—
1911	181	2	159	20
1915	204	—	—	—
1916	282	—	—	—

Em 1908, Georges Dumas e Charles Richet fundaram no Rio de Janeiro a Aliança Universitária Franco-Latina (seção brasileira), que era filiada ao recém criado Grupamento das Universidades e Grandes Escolas da França para Relações com a América Latina¹⁸, ambos instituídos por universitários franceses visando um maior intercâmbio entre universitários e estudantes. O barão de Anthouard, ministro da Legação francesa, autor de diversos livros sobre o Brasil e a presença francesa, assim como membro importante do futuro

Comitê France-Amérique¹⁹, achava natural o sucesso da AF, pois “Os Brasileiros são fascinados pelo gênio francês e eles consideram a França como uma mãe espiritual”.

De 1914 a 1920, as atividades da Af foram relatadas de maneira extremamente sucinta, pois foram anos de guerra e de crise. Mas, a despeito das dificuldades enfrentadas, a Af continuou, na medida do possível, sua obra. Um boletim periódico de informação, publicação destinada aos correspondentes estrangeiros, foi criado para combater a propaganda inimiga desde 1914. Iniciativa de dois professores da Sorbonne, ele foi redigido em vários idiomas, perfazendo uma tiragem de 40.000 exemplares apenas para a América do Sul, entre 1917 e 1918. Na França, os locais da AF foram transformados em hospitais, cantinas, alojamentos; no estrangeiro, a obra patriótica continuou através das ações culturais.

No Brasil, uma série de conferências foi organizada para angariar fundos para a Liga dos Aliados e a propaganda incessante do comitê local procurou manter normalmente as atividades da escola. Por causa do vazio provocado pela guerra, entre os residentes franceses no Brasil, os projetos de novas escolas e comitês foram abandonados. Mas, em 1916, os ursos na capital já tinham 177 alunos. Enfim, a América do Sul foi reconhecida como sendo o maior sucesso da história da AF.

5. “Todo cliente de língua francesa é um cliente natural dos produtos franceses”²⁰

Aproveitando as estruturas existentes, co-financiando escolas laicas ou de ordens religiosas de qualquer confissão, inaugurando suas próprias escolas, ou introduzindo o ensino do francês nas escolas existentes a AF, a partir do aprendizado da língua e do uso do principal suporte de ensino, o livro, permitia o acesso à cultura francesa e aos “produtos culturais” da mesma:

“Detalhe importante: os livros de ciência, de estudo, nas academias, são em francês, e as estatísticas mensais das bibliotecas mostram que estas consultas se elevam a até mais de ¾ dos livros consultados em português. O número de livros consultados em outras línguas é insignificante. O meio mais seguro de difundir a língua francesa é certamente a fundação de escolas e bibliotecas.”²¹

A partir de 1899, os boletins da AF imprimem, na rubrica “Utilidades e resultados” do Programa da AF, um resumo preciso de uma segunda e inequívoca

aptidão da Aliança: **“A difusão da língua francesa no exterior oferece um meio eficaz e muito prático de aumentar as relações e de facilitar as exportações do comércio francês e, em conseqüência, de aumentar a produção nacional.”** Os boletins da associação passam a reproduzir as notícias de jornais sobre as últimas publicações de livros pedagógicos, dicionários, etc, assim como a sugerir às escolas ou professores uma biblioteca ideal da literatura e das ciências francesas. No Brasil, os editores e livreiros Briquet e Garnier ofereciam os livros distribuídos à guisa de prêmio aos melhores alunos da Af da capital, coisa que os boletins da Af em Paris não esqueciam de agradecer.

A AF respeitava a máxima de P. Foncin, quando este enunciava a idéia de que o aprendizado do idioma suscita hábitos culturais e, logo, o consumo dos produtos franceses, Frédéric Mauro, um dos primeiros historiadores a analisar tal fenômeno, escreve, em 1974, que a presença comercial francesa na América do Sul esteve sempre intimamente ligada ao **“gênio particular da França”** com uma comércio caracterizado pela **“... exportação para a América do Sul de produtos que são em parte produtos culturais, como os produtos da indústria de luxo, por exemplo as obras de arte, os perfumes, a alta costura, em suma tudo o que faz o prestígio dos artigos de Paris.”**²²

As despesas da associação eram financiadas pelas cotizações anuais, baixíssimas para que o maior número de pessoas pudesse aderir; pelas subvenções ministeriais; pelo trabalho não-remunerado de seus membros; pela propaganda gratuita nos jornais, não em forma de anúncios, mas de elogiosos comentários sobre a obra benévola de difusão cultural, feita por homens tidos como desinteressados e apenas preocupados com a instrução da humanidade. Os cursos de férias, criados na sede de Paris desde 1894, conheceram um grande sucesso, a tal ponto que a fórmula passou a ser empregada fora da França. Na verdade, muito rapidamente, o Comitê de Administração parisiense compreendeu o alcance e a penetração da AF, que não deveria se contentar apenas com as áreas coloniais.

Este círculo, formado de diplomatas, universitários e outros funcionários do Estado, soube compor alianças vantajosas com as editoras, jornais, companhias marítimas e outros setores da sociedade capazes, ao mesmo tempo, de impulsionar a obra da AF e aumentar o lucro de seus negócios. O encarregado geral do Comitê de propaganda em Paris era o editor Armand Collin (o editor Hachette também fazia parte dos fundadores), que representava assim a união ideal entre o ensino e seu suporte nº1, o livro. A esse propósito, podemos perceber a clarividência dos arquitetos da AF:

“Para agilizar os progressos da propaganda nós depositamos numa recente ovação grandes esperanças - os Srs. editores e livreiros, os primeiros interessados no sucesso da aliança, são convidados a receberem os pagamentos das cotizações anuais dos sócios da AF em troca de livros e material escolar.”²³

“Ação militante mas através de uma arma pacífica”²⁴, a AF passou a favorecer não só a “influência cultural” no mundo, possibilitando, através de uma ação eminentemente cultural, a reconquista francesa de sua “hegemonia” ou de sua “influência intelectual”, eufemismo para “influência política”, já que havia uma resistência nos meios intelectuais franceses da época de perceberem estas ações culturais como ações políticas.

“A conquista através da língua, pelas letras, pelas idéias, pelas artes, é mais fecunda em resultados que as conseguidas através da guerra, pois o tempo não respeita aquilo que se faz sem seu auxílio. A França foi útil ao mundo. É talvez um pouco pretensioso de nossa parte proclamarmos isto, mas o fato é que, por onde passou, nossa língua parece ter tirado os povos de uma letargia intelectual. (...) a França foi sempre um berço de idéias, idéias generosas e desinteressadas; não mereceu ela por isto mesmo ser chamada de apóstolo da humanidade?”²⁵

6. Conclusão

No Brasil, a AF foi a grande representante do prestígio e da “influência” cultural francesa, no tocante não apenas ao livro ou outros produtos culturais, mais também aos modelos de sociedade e cultura propostos por uma certa burguesia brasileira. A partir dos anos trinta, outros atores sociais entram em cena, afastando da esfera do poder a burguesia francófila de até então, para quem *A ilusão americana*, de Eduardo Prado, anunciara o fim. A sociedade brasileira terá referências culturais diferentes, norte-americanas, “mais modernas” e menos européias. Por sinal, a grande fase de investimentos franceses no Brasil é situada entre 1880 e 1914.

A língua, decodificador essencial para a compreensão da cultura francesa, foi aos poucos sendo substituída pelo inglês e alemão (aliás, bem mais presentes do que admitiam os franceses), idiomas talvez menos aristocráticos mas seguramente mais “à l’ordre du jour”. O sucesso da AF se tornou cada vez mais comercial, os cursos passando a ser pagos, coincidindo com o desaparecimento de um bom número dos colégios franceses, religiosos ou laicos.

Os que permaneceram, como os colégios femininos de algumas ordens religiosas, ou os Colégios Franco-Brasileiro do Rio e de São Paulo, se afastaram cada vez mais do método Berlitz, além de se distanciarem dos novos anseios sociais, de progresso e modernidade à maneira norte-americana.

O estudo das relações culturais, compreendido dentro da esfera das relações culturais, compreendido dentro da esfera das relações internacionais, nos permite relativizar aquelas. Por exemplo, até que ponto as dificuldades comerciais e políticas entre os países são solucionadas através das suas relações culturais? Ou ainda, onde começa a propaganda nacional na difusão cultural? Quais os pontos convergentes nas ambições dos países envolvidos? No jogo de “semelhanças e diferenças” da construção das identidades culturais, quais as dificuldades encontradas e quais as saídas utilizadas? As análises das relações culturais internacionais devem estar referenciadas aos interesses dos Estados envolvidos para não caírem na contemplação e na cópia de modelos externos de cultura e de explicação dessa realidade. A história da AF no Brasil é, no mínimo, um exercício estimulante para o estudo das relações internacionais.

Além das preferências brasileiras por um modelo específico de cultura (e as razões de tal escolha são várias) e dos diferentes contextos históricos brasileiro e francês, houve por parte dos interlocutores e atores franceses muito mais do que uma simples improvisação mediante uma demanda de mercado. Acreditamos que a “influência cultural” francesa é fruto de uma expressão da política oficial da França, não somente convergente com alguns interesses dos dirigentes brasileiros mas já há muito inscrita nas tradições culturais francesas. Lembremos a velha fórmula: cultura francesa= cultura universal= civilização.

Enfim, em discurso feito no banquete comemorativo dos vinte e cinco anos da associação, o Secretário Geral da AF, Emile Salone, resumia claramente a relação entre o comércio e a expansão cultural, via AF, quando se dirigiu ao Presidente da Câmara do Comércio.

“Caro Presidente, a presença hoje de Vossa Excelência é o símbolo da aliança natural que nada poderá desfazer, entre o comércio e a AF. E a AF muito fez pelo comércio da pátria”²⁶.

Dirigiu-se em seguida aos representantes das associações culturais de caráter internacional, e sobretudo ao representante do Comité France-Amérique, associação, como já foi visto, fundada pelo intelectual e diplomata Gabriel Hanotaux, e que reunia o corpo diplomático e os intelectuais franceses responsáveis por boa parte das ações culturais no exterior:

“Enfim me dirijo à última destas sociedades irmãs, à mais jovem de todas, France-Amérique.” (...) **“France-Amérique e nós encontramos**

constantemente; nós temos os mesmos aderentes, os mesmos fiéis, os mesmos comitês, o mesmo campo de ação, a tal ponto que poderiam pensar que há entre nós uma rivalidade. Mas, eis aí uma das grndezas da AF, nós não possuímos rival em parte alguma; e nossa alegria é imensa cada vez que ficamos sabendo do sucesso de uma destas sociedades que travam, como nós, o bom combate pela França.”²⁷

Ainda uma vez mais, para concluirmos, citemos os atores e seus textos: “Nossa literatura, nossa artes, nossa civilização intelectual e nossas idéias exerceram durante os tempos uma poderosa atração sobre as nações estrangeiras. Nossa universidade e nossas escolas no exterior são verdadeiros focos de propaganda em favor da França; eles constituem uma arma nas mãos de nossos poderes públicos. É por isso que o Ministério ds Relações Exteriores e seus agentes no exterior devem dirigir e controlar as iniciativas, inspirar e favorecer, a todo preço, a penetração intelectual francesa, com a convicção de que ela é uma das formas seguramente mais eficazes de nossa ação no estrangeiro, de que ela é, em relação a fiferentes nações, um dos meios mais ricos em recursos e dos menos discutíveis da nossa política exterios.”²⁸

Abstract: This text with international relations based on the cultural presence of a country in another through the teaching of its language. The article specifically deal with the teaching of French and the “cultural expansion” (technical-scientific cooperation) due to international commerce, as well as the “culture influence” (the building of international relations and the spreading of the language) that follows it. The starting point of analysis will be the language school “Aliança Francesa” - its origins, foundation and establishment in Brazil.

NOTAS:

* Doutoranda da Sorbone

¹ Segundo o dicionário Petit Robert, em linguagem figurada, “rayonnement” quer dizer “influência que incita à admiração”, “rayonnement” “de uma obra, de um país, de uma civilização”. Este termo é muito esado pelos franceses para se referir à influência exercida por sua cultura, resumindo de maneira precisa a idéia que eles têm da influência francesa no mundo. Quando se referem ao ‘rayonnement’ exercido por outros países, chamam-no simplesmente de ‘influência.

² Salon, Albert, L’action culturelle de la France dans le monde, Tomo I (tese de

- doutorado de Estado). Paris: Sorbone, 1981, p. 8.
- ³ Neste texto utilizaremos as iniciais AF para a abreviação de Aliança Francesa.
- ⁴ Bulletin de l'Alliance Française. Paris, nº 1, abril de 1884, p. 7.
- ⁵ La révolution, la langue et les patois, relatório do Comité du salut public sur les idiomes, apresentado por Barère na Convenção de 27 de janeiro de 1794, apud CARPENTIER, J. e LEBRUN, F. Histoire de la France (coleção Points Histoire). Paris: Éditions du Seuil, 1990, p. 252
- ⁶ BURGUIÈRE, André. "Preface" in: BURGUIÈRE, A. e RAVEL, J. (orgs.) Histoire de la France - Les formes de la culture. Paris: Seuil, 1993, p. 9 a 22.
- ⁷ "Trata-se, antes de tudo, de devolver à França sua imagem de marca internacional, cruelmente atingida pela derrota de Sedan em setembro de 1870 e pelo Tratado de Frankfurt de 10 de maio de 1871, que empobreceu e amputou o país do território nacional "(...)" "Trata-se em seguida e em compensação, de estender a influência francesa aos territórios de além-mar" "(...)" "Assim, será reparado um desastre e relançada a impulsão francesa.", BRUZIÈRE, Maurice, L'Alliance Française: 1883-1983, Paris: Hachette, 1983, p. 11-12.
- ⁸ "... a Comissão de Propaganda é uma mola essencial da nossa organização; ela é encarregada de criar nossos recursos [financeiros]". Atas da Assembléia Geral da AF, 1885, p. 6.
- ⁹ "Mas, de todos os meios de propaganda o mais eficaz é certamente a influência pessoal "Bulletin de l'Alliance Française, nºs 3 e 4, de janeiro a março de 1885, p. 12.
- ¹⁰ Ibid, p. 6 a 11.
- ¹¹ Nota da Comissão de Escolas do Ocidente, 18 de agosto de 1898, Paris, AMAE, série ADC, volume 221.
- ¹² Carta do Conde de Viel-Castel ao Ministro das Relações Exteriores, de 4 de julho de 1886, RJ, Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (AMAE), série CP, sub-série Brésil, Volume 51, folio 236.
- ¹³ Bulletin de l'alliance Française, nºs 6 e 7, de setembro a outubro de 1885, p. 96.
- ¹⁴ Ibid, nºs 11 a 12, de julho a agosto de 1886, p. 154.
- ¹⁵ Ibid, nºs 13 e 14, de 1º de setembro a 1º de novembro de 1886, pp. 215 a 217.
- ¹⁶ Ibid, nºs 15 e 16, de 1º de janeiro a 1º de março de 1887, pp. 122 a 124.
- ¹⁷ Ibid, nº 43, de janeiro a março de 1893, p. 181.
- ¹⁸ Grupamento fundado em 107 por Henri Le Chatelier, físico-químico, professor no collège de France, e Paul Appel, matemático, professor na Sorbone, para promover o intercâmbio acadêmico entre a França e a América Latina. G. Dumas desde cedo participou ativamente no Grupamento, fazendo suas primeiras viagens para a América do Sul em 1908. Ele organizou cursos, palestras e missões nos meios universitários franco-brasileiros.
- ¹⁹ Comité criado em 1909 por Gabriel Hanotaux, que o dirigiu até a década de quarenta. Este diplomata foi por duas vezes Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores, ex-responsável pelo Departamento das Américas do Quai d'Orsay e representante da França na organização dos trabalhos de fundação da Sociedade

das Nações. O Comité France-Amérique era um renomado centro de estudos e intercâmbio intelectual franco-americano, ponto de encontro da diplomacia em Paris, divulgador cultural francês nas Américas.

²⁰ Conferência de P. Foncin, secretário geral da AF, publicado no Bulletin de l'Française, n°s 21 e 22, de janeiro a fevereiro de 1885, p. 170.

²¹ Bulletin de l'Alliance Française, n° 43, de janeiro a março de 1893, p. 181.

²² Cf. a fala de Frédéric Mauro nos Annales du centre régional de recherche et de documentation pédagogique INRP/ Inst. national de recherche et de doc. pédagogique CRDP, Actes des Journées des universitaires d'information et de recherche sur la stratégie d'expansion et d'implantation des entreprises regionales dans les Amériques Latines, Actes du 11-18 mars 1974, Limoges, INRDP/CRDP, 1974, p. 24.

²³ Bulletin de l'Alliance Française, n°s 3 e 4, de janeiro a março de 1885, p. 6.

²⁴ BURGUIÈRE, A. op. cit.

²⁵ Discurso do Príncipe Rolland Bonaparte, membro da AF e da Academia Francesa, publicado no Bulletin de l'Alliance Française, n° 134, 1913, p. 14.

²⁶ Bulletin de l'Alliance Française, n° 1321, de 1913, p. 178.

²⁷ Ibid, p. 178-179.

²⁸ AMAE, Série Obras, 1912-40, Votação do orçamento do MAE, exercício de 1920, n° 802, p. 48, 49.